

Considerações Sobre uma Ética Relacional

Flávia Miranda Oliveira Trindade

Emerson Fernando Raserá

*Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia, MG, Brasil*

RESUMO

Tentativas de encontrar respostas para os dilemas éticos do nosso cotidiano têm ocupado as pessoas em suas atividades diárias. Uma análise dos diversos sistemas filosóficos aponta para a impossibilidade em encontrar perspectivas éticas universais e definitivas que proponham soluções decisivas para os diversos dilemas. Diante dessa constatação, este artigo tem por objetivo refletir sobre uma perspectiva relacional da ética como uma proposta tanto crítica como prática. Assim, por meio de uma análise da literatura, discutimos algumas concepções éticas disponíveis socialmente e sua relação com uma perspectiva relacional. A partir disso, desenvolvemos os pressupostos de uma ética relacional, ressaltando o convite à multiplicidade de sentidos co-construídos em uma interação e aprofundamos o entendimento das práticas comunicativas como lugares potencialmente capazes de gerar posturas, decisões e sentidos éticos. Finalizamos o artigo avaliando as contribuições que essa perspectiva ética oferece para as práticas profissionais.

Palavras-chave: Ética; dialogia; comunicação.

ABSTRACT

Considerations About a Relational Ethics

The search for answers to daily ethical dilemmas is part of people activities since Antiquity. An analysis of the various philosophical systems points to the impossibility of finding a universal ethical perspective and to propose definitive solutions to the various dilemmas. Considering this fact, this article aims to reflect on a relational view of ethics as a critical and practical proposal. Thus, through a literature review, we discuss some ethical views socially available and their relationship to a relational perspective. From this, we introduce the assumptions of a relational ethics, emphasize the invitation to the multiplicity of meanings co-constructed in an interaction and promote a deep understanding of communication practices as generating ethical positions, decisions and meanings. We conclude this article evaluating the contributions that this ethical perspective offers to professional practices.

Keywords: Ethics; dialogic; communication.

RESUMEN

Consideraciones Sobre una Ética Relacional

Intentos de encontrar respuestas a los dilemas éticos de nuestro cotidiano han ocupado las personas en sus actividades diarias. El análisis de los diversos sistemas filosóficos destaca la imposibilidad de encontrar perspectivas éticas universales y definitivas que propongan soluciones decisivas para los diversos dilemas. Frente a esta constatación, el artículo tiene el objetivo de reflexionar sobre una perspectiva relacional de la ética como una propuesta tanto crítica como práctica. Así, a través de un análisis de la literatura, se discute algunas concepciones éticas disponibles socialmente y su relación con una perspectiva relacional. A partir de eso, se desarrollan los supuestos de una ética relacional, destacando la invitación a la multiplicidad de sentidos co-construídos en una interacción y se profundiza el entendimiento de las prácticas comunicativas como lugares potencialmente capaces de generar posturas, decisiones y sentidos éticos. Se finaliza el artículo evaluando las contribuciones que esa perspectiva ética ofrece para las prácticas profesionales.

Palabras clave: Ética; dialogía; comunicación.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, “ética” é um termo muito difundido, bastante utilizado no vocabulário de nossos dias e, muitas vezes, com concepções distintas. Ao longo do tempo, as descrições sobre ética disponíveis socialmente foram ganhando diferentes sentidos, desde elaborações mais abstratas e filosóficas até aquelas mais pragmáticas que se estabelecem em Códigos de Ética Profissionais. A busca de definições sobre o certo e o errado, o bom e o mau, a investigação sobre qual poderia ser a melhor conduta em determinada situação, bem como a tentativa de encontrar respostas para questões dilemáticas do nosso cotidiano são anseios que, recorrentemente, têm ocupado as pessoas em suas atividades diárias (Alonso, 2002; Vázquez, 1997).

A transição entre a modernidade e a pós-modernidade e as mudanças de posturas, estilo de vida, concepções de mundo e de sujeito que vão se configurando nestes diferentes tempos, nos ajudam a entender como a palavra ética foi sendo significada na história. Segundo Bauman (1997), a compreensão da ética como a discriminação entre o “certo/adequado” e o “errado/inadequado” foi fruto da Idade Moderna, na qual se acreditava ser possível produzir regras éticas nítidas, exaustivas, universais e não-ambíguas.

Esta descrição de ética está também associada à concepção moderna de homem, a qual pode ser apresentada segundo duas asserções – mutuamente contraditórias, mas ambas com uma convicção essencialista. A primeira, considera o homem como essencialmente bom e, por isso, apenas precisaria de uma ajuda para agir segundo sua própria natureza. Já, a segunda, se refere a uma essência humana má que exige da sociedade uma forma de prevenir os homens de agir segundo os próprios impulsos. Diante desta suposta “natureza” do Homem, faz-se urgente a designação de pessoas para serem legisladores éticos de uma sociedade necessitada de ajuda. O papel de guardião das nações que, na Idade Média, cabia aos clérigos, com o advento do tempo moderno passa a ser função de filósofos, os quais devem iluminar a sociedade por meio de normas de conduta ético-legais, socialmente endossadas (Bauman, 1997).

De forma semelhante, Gergen (1997) mostra que é possível identificar dois discursos sociais sobre ética: o discurso romântico e o moderno. O primeiro é caracterizado pela valorização de um “interior profundo”, de uma capacidade criativa e de poderes de inspiração que fariam o homem capaz de discernir sobre questões valorativas que perpassam as ações humanas. Porém, esta natureza de um ser tomado por paixões e impulsos, precisaria ser domada na vida em

sociedade. O segundo também sustenta uma concepção essencialista e universal de homem, e destaca que este é dotado de uma racionalidade fundamental, que se bem dirigida e apoiada por aqueles que fazem uso do seu “melhor juízo”, lhe permitiria discernir o certo e o errado.

Entender a ética dessa maneira acaba gerando receitas simples para dilemas supostamente experimentados universalmente, além de modelos teóricos abstratos que acabam sendo pouco úteis para a tomada de decisões diárias na sociedade. Logo, a problematização das consequências pragmáticas destes discursos morais nos mostra que não há como garantir a geração de uma “sociedade moral”, pois o compromisso com princípios morais não leva necessariamente a efetivação de uma sociedade ética (Gergen, 1997). Pelo contrário, acaba por fomentar posturas hostis e de competitividade em relação ao outro a fim da busca de uma superioridade moral. Deste modo, os questionamentos éticos não se encerram com a imposição de princípios abstratos e/ou normas éticas.

A própria modernidade vai mostrando a impossibilidade e vaidade de sua esperança em encontrar uma ética que proponha soluções definitivas para dilemas vivenciados. A despeito desta ilusão moderna, a novidade pós-moderna para se pensar a ética não está voltada ao abandono de conceitos morais característicos da modernidade (direitos humanos, justiça social, bem-estar individual e coletivo), mas à rejeição de modos modernos de tratar os problemas morais os quais buscam que as contradições sejam superadas e os conflitos claramente resolvidos rumo à certeza e ao progresso (Bauman, 1997). Portanto, nesta conjuntura social e histórica que vai se configurando, as descrições éticas modernas não perdem a sua validade, elas apenas precisam ser vistas e tratadas de maneira nova, na qual a ambivalência, a incerteza, instabilidade, incoerência e fluidez vão ganhando espaço e vez. Privilegia-se, assim, o entendimento de que o que quer que elaboramos como descrições éticas não passam de construções temporárias, arbitrárias e locais.

Diante da constatação de uma impossibilidade em encontrar perspectivas éticas universais e definitivas, que proponham soluções decisivas para os mais diversos dilemas vivenciados, este artigo tem por objetivo refletir sobre uma perspectiva relacional da ética como uma proposta tanto crítica como prática. Trata-se de uma tentativa de contribuir para o desenvolvimento de um entendimento relacional da ética, ou seja, como um processo concreto e dialógico que fomente uma postura curiosa, compreensiva e inclusiva, e por meio da qual resultados satisfatórios podem ser obtidos pelas pessoas em interação.

Assim sendo, refletiremos, inicialmente, sobre algumas concepções éticas disponíveis socialmente, seus princípios e críticas. Em seguida, desenvolveremos os pressupostos necessários para se pensar a ética a partir de uma inteligibilidade relacional, buscando ressaltar o convite que esta perspectiva oferece em relação ao fomento da multiplicidade de sentidos co-construídos em interação. Dessa forma, poderemos aprofundar o entendimento das práticas comunicativas como lugares potencialmente capazes de gerar posturas, decisões e sentidos éticos. Por fim, a partir desse aprofundamento, será possível avaliar as contribuições que a reflexão dessa perspectiva relacional da ética oferece para as mais diversas práticas profissionais.

REFLETINDO SOBRE ALGUNS PARADIGMAS ÉTICOS

Segundo Ferrer e Álvarez (2005), uma teoria, em termos muito amplos, refere-se a um modelo intelectual elaborado para explicitar e justificar determinados aspectos do mundo. Sobre a questão da ética, há diversos modelos e modos de nomeá-la. Investigaremos, contudo, somente alguns dos principais modelos teóricos que se apresentam no campo da ética: paradigma principialista, casuístico, das virtudes, utilitarista, do subjetivismo e o paradigma da moralidade comum. A escolha destes modelos foi realizada de forma a possibilitar um breve panorama da diversidade da área, reconhecendo diferentes formas de pensar a ética. Apresentaremos tais modelos de forma a entender suas principais características, as críticas que a eles são dirigidas, bem como as divergências e/ou semelhanças destes modelos em relação à perspectiva relacional da ética.

Começamos pela abordagem principialista que trata de uma proposta ética centrada na defesa e aplicação de princípios gerais da vida moral. Para que uma proposta mereça o nome de principialista é preciso que se admita a existência e a necessidade de determinados princípios para o agir moral e que se conceda a eles um lugar central na reflexão ética, sem com isso ignorar outros elementos da vida moral. Entende-se por princípios um conjunto de normas morais mais amplas e gerais que podem servir de fundamento para outras normas mais específicas.

Beauchamp e Childress (1979), inspirados pelo Relatório Belmont sobre questões éticas relativas à pesquisa científica, ampliam o campo de ação dos princípios para além do âmbito da pesquisa e apresentam quatro que podem orientar moralmente as decisões de pesquisadores, profissionais e leigos: 1) respeito pela

autonomia, ou seja, atuar positivamente em favor da autonomia alheia; 2) beneficência, obrigação moral de agir para beneficiar os demais; 3) não maledicência, pela qual se obriga a não causar dano intencionalmente; e 4) justiça, pela qual se busca a distribuição equitativa dos direitos, benefícios e responsabilidades ou encargos na sociedade.

Esta abordagem pode ser criticada pela falta de uma ordem hierárquica que possa ajudar a resolver possíveis conflitos entre as normas morais e pela ausência de uma teoria filosófica que sirva de base para seu sustento. Logo, estes princípios são simplesmente anunciados, dados como válidos e convertidos em ponto de apoio para um agir moral (Ferrer e Álvarez, 2005). Consideramos ainda que a adoção da lógica principialista pode significar, muitas vezes, uma negligência quanto a questões situadas e contextuais que emergem na situação interacional e que poderiam ajudar no manejo das questões éticas aí presentes, se não fosse a prioridade que é dada à princípios externos a esta relação. Nesse sentido, corre-se o risco de adotar tais normas como verdades absolutas e não como recursos possíveis para se pensar os dilemas éticos presentes na interação.

Outro paradigma que emerge neste cenário é o casuístico. Para este tipo de abordagem, a análise de casos particulares é um dos elementos essenciais para a reflexão ética, pois acredita-se que os casos põem à prova as normas éticas já existentes. Desse modo, diante de uma situação que exija questionamentos éticos a solução moral não procederá de um princípio geral e ou de normas morais, mas da avaliação das circunstâncias concretas do caso novo em toda sua complexidade. Para tanto, os envolvidos com esta proposta recorrem a casos análogos cuja solução moral já se conhece e se aceita. Entretanto, cabe ressaltar que nessa perspectiva a solução não é simplesmente transferida de um caso para outro tendo em vista que se entende que o novo é análogo, mas não idêntico ao caso precedente. Além disso, o método casuístico não visa negar os princípios e normas morais, mas procura atender-se especificamente para o caso em questão de modo a aplicar os princípios à nova situação com discernimento.

Os críticos desse jeito de pensar a ética avaliam que, apesar de cada caso ser único, ele sempre vai apresentar alguns elementos que sejam comuns com outros, o que justificaria se orientar por normas morais prescritivas e princípios técnicos (Beauchamp e Childress, 1979). Nesse sentido, podemos pensar que, apesar da importância de focar nas questões micro, presentes na reflexão do caso em questão, adotar uma perspectiva macrossocial também se faz necessária, até mesmo porque é na interação situada que aspectos históricos e sociais se atualizam.

Ainda analisando os paradigmas éticos, a ética da virtude, que tem inspiração tanto na ética aristotélica como na tomista, trata da recuperação das virtudes no pensamento ético. Segundo Ferrer e Álvarez (2005), enquanto Aristóteles define as virtudes como traços permanentes do caráter pelos quais o homem se faz bom e exerce bem suas funções, Santo Tomás, ao enriquecer a reflexão aristotélica, propõe que as virtudes são disposições habituais que tornam boas tanto as pessoas como suas obras. Neste caso, em específico, fala-se de virtudes morais naturais adquiridas pela prática, e de virtudes sobrenaturais infusas por Deus. Logo, esta abordagem ética considera que os valores pessoais são indispensáveis para a vida moral. De um modo geral, acredita-se que as virtudes da pessoa estão no cerne da ação e da escolha moral. Neste sentido, é o sujeito moral que interpreta os princípios e escolhe os que vai aplicar.

Contudo, a crítica desta proposta se dirige a uma inevitável circularidade dessa perspectiva: o ato moralmente bom é o realizado pela pessoa virtuosa e a pessoa virtuosa é a que realiza ações morais. Com isso, é impossível não aceitar a existência de princípios fundamentais com os quais a ação humana deve se afeiçoar (Pellegrino & Thomasma, 1996). Sobre este aspecto, podemos ainda criticar a visão essencialista de homem apresentada, que pressupõe a existência de uma essência interior que determina e explica nossas ações. Pelo contrário, podemos entender que as posturas, ações e decisões éticas são relacionalmente negociadas e construídas.

Por outro lado, discutir a ética a partir de uma perspectiva utilitarista significa entender as ações humanas como moralmente boas caso maximizem a felicidade e evitem a dor para a maior parte das pessoas afetadas por elas, ou seja, acredita-se que devemos agir desde que nossa conduta otimize os resultados para o maior número de sujeitos comprometidos pela decisão em questão. Assim sendo, para os utilitaristas os efeitos de uma ação são decisivos para a avaliação moral das condutas humanas.

Porém, os críticos desta proposta apontam que as conseqüências precisam ser avaliadas na hora de fazer um juízo moral, mas que outros critérios também devem ser levados em conta (Álvarez e Trueba, 2000). Apesar da importância de se considerar a possibilidade de utilização do discurso construído em um contexto relacional em outras situações cotidianas, não é necessário uma generalização dos sentidos éticos para toda e qualquer situação.

Adentrando, por sua vez, nas perspectivas que falam de um subjetivismo ético, observamos que estas consideram os juízos morais como dependentes

da opinião da pessoa que o emite. Sendo assim, os interesses de alguém seriam suficientes para orientá-lo em uma ação moral, ou seja, a conduta ética seria dependente de desejos subjetivos. No entanto, certos teóricos acreditam que o subjetivismo exclui a razão da argumentação moral deixando espaço somente para o consenso. Singer (1995) exemplifica esta formulação da seguinte maneira: “Se A diz que a crueldade contra os animais é incorreta e B defende o contrário, que é correta, para o subjetivista ambos tem razão, desde que estejam expressando suas autênticas convicções” (p. 298).

Portanto, as críticas assinalam que a ética implica em algo maior que os interesses de um indivíduo. Dessa forma, avalia-se que para se pensar moralmente os próprios interesses deve-se estender para os interesses alheios (Ferrer e Álvarez, 2005). Diante deste paradigma, podemos problematizar a ideologia individualista e considerar que os sentidos éticos que uma pessoa apresenta na conversa são construídos nos múltiplos relacionamentos que mantém em sua vida. Daí, a necessidade de focar nos relacionamentos que uma pessoa está inserida para se pensar nos sentidos que ela nos apresenta.

Por fim, temos o paradigma da moralidade comum buscando neutralizar a noção de que quase qualquer solução poderia ser aceita como suficiente para os conflitos éticos, ou seja, que inexistem uma única solução moralmente justificada para cada caso particular. Assim sendo, embora muitas pessoas pensem que não existam acordos em questões morais, pelo fato de se embasarem unicamente em assuntos controvertidos para fundamentar seu argumento, na realidade a maior parte das questões morais são pouco controvertidas. Por isso, todos estariam de acordo que certas ações como matar, privar da liberdade e causar dor são imorais. Dessa forma, fala-se da existência de uma moralidade comum que guiaria a conduta das pessoas. Isto é, para estes teóricos todas as pessoas sabem quais condutas estão proibidas e quais estão permitidas.

Portanto, esta abordagem ética insiste em dizer que, ao defender a existência de normas morais – não mates, não causes dor, não cause incapacidades, não privas de liberdade e não impeças a ninguém sua auto-realização – não se está necessariamente inventando uma nova moralidade, mas analisando estruturas conceituais fundamentais. Vemos, então, uma noção naturalista neste paradigma como Gert (1998) como citado em Ferrer & Álvarez, (2005) afirma “Uma norma moral geral nem muda nem pode ser mudada; descobre-se e não se inventa. Não depende da vontade nem da decisão de nenhuma pessoa nem de nenhum grupo de pessoas” (p. 389).

Ademais, esta perspectiva avalia que o único sistema moral que apregoam também é sensível às variações culturais e profissionais pela criação de normas particulares que, na verdade, são expressões das normas gerais adaptadas às peculiaridades de cada contexto específico. Entretanto, apesar desta flexibilidade necessária, ela não é infinita tendo em vista que não se pode dar às normas morais gerais qualquer interpretação, segundo o arbítrio do agente moral.

Sobre a moralidade comum, veremos adiante, que a perspectiva relacional da ética preconiza, ao contrário desta, uma ênfase à polivocalidade, ou seja, em oposição à ideia de uma única e verdadeira definição do que é ético, busca-se promover uma multiplicidade de formas de descrever um problema ético, bem como sua solução.

Após essa breve discussão sobre as descrições éticas disponíveis socialmente, buscaremos ampliar o entendimento da ética relacional por considerarmos que esta proposta fomenta o exercício de um diálogo gerador de múltiplas possibilidades de sentidos, os quais passam a coexistir no processo social de negociação. Trata-se de um jeito de pensar ética que pode ser tido como característico de um tempo pós-moderno em que não se acredita ingenuamente em um progresso, mas em acordos locais e efêmeros e, nem por isso, destituídos de valor e importância para a reflexão de problemas que também passam a ser compreendidos como questões situadas.

Ainda sobre isto, Gergen (1997), destaca que as tentativas de estabelecer regras morais universais e de afirmar o 'certo' como um valor previamente determinado e garantido, acaba gerando a erradicação do outro. Com isto, ele nos convida a evitar uma retórica de verdades absolutas e, principalmente, a nos interessarmos pela promoção de todas as vozes envolvidas em uma conversa, as quais, muitas vezes, são desacreditadas e silenciadas por esta visão moralista que diz nos dirigir para melhorias e avanços. Este mesmo autor comenta sobre a importância de repensarmos tudo aquilo que damos como certo e de adotarmos uma postura reflexiva que seja aberta à múltipla descrição das coisas. Assim sendo, ele anuncia que 'verdades' precisam ser analisadas como versões e não mais como fatos sólidos, universais e incontestáveis, o que possibilita uma ampliação crescente de inteligibilidades e práticas.

Diante deste interesse por diferentes e novos sentidos, cabe aprofundarmos nesta reflexão relacional sobre a ética a qual, diferentemente de outras descrições éticas, não garante o certo em detrimento do errado, a verdade em oposição à mentira, mas ressalta que as pessoas em interação constroem os próprios problemas,

refletem sobre os mesmos, colaboram umas com as outras e encontram respostas possíveis para a situação em que se encontram em determinado momento.

POR UMA ÉTICA RELACIONAL

Adotar uma visão relacional, que enfatize a construção de si mesmo e do mundo numa ação conjunta, significa compreender a ética como algo que é criado e recriado nas negociações de sentido sustentadas em uma relação (Grandesso, 2000). Ao notar que a ética é uma questão importante atualmente, Spink (2000) endossa a crítica a respeito dos discursos prescritivos por acreditar que estes se fundamentam em uma moralidade contratual que impõe a priori o que seria ser ético e, assim, acabam limitando as diferentes possibilidades de compreensão e construção dessa temática em um contexto microssocial. Por meio destes apontamentos, esta mesma autora não intenta menosprezar os códigos, entendidos neste caso como instrumentos importantes para a garantia de direitos das pessoas. Mas, propõe o fortalecimento de uma ética dialógica que seja pautada pelos sentidos dados pelos indivíduos em relação à situação vivida por eles.

Portanto, ao invés de se considerar a ética e seus respectivos impasses como algo previamente caracterizado e definido exteriormente, entende-se que estes são construções lingüísticas feitas pelas pessoas em contextos relacionais específicos. Quanto a isso, Gergen (2006) propõe que o dilema ético nada mais é do que o que as pessoas em interação assim o chamam. Isto é, o dilema ético não existe em si, mas se dá a partir do encontro com o outro. Deparamo-nos, assim, com uma compreensão relacional, dialógica e colaborativa sobre ética que considera os sentidos locais construídos pelas pessoas em interação.

Na visão de Gergen (1997), pensar a ética em termos relacionais implica em três movimentos de mudança, quais sejam:

- a) do imperialismo para a colaboração: esta proposta procura distanciar-se de prescrições absolutistas e estabelecidas a priori a fim de se promover uma busca colaborativa por outros significados a partir de uma ênfase polivocal em que o número de vozes consideradas aumenta de tal forma que uma mesma questão pode ser entendida por diversos ângulos;
- b) da retaliação para a reorganização: ao invés de reproduzir a cultura de culpabilização e punição do indivíduo, compreendido neste contexto como o agente imoral, e fazê-lo pagar sozinho por um erro, entender a ética como relacional nos leva a problematizar também os padrões amplos

de relacionamento nos quais tal indivíduo está imerso e no qual participa, buscando-se uma responsabilização deste contexto;

- c) dos princípios para as práticas: em substituição à busca por princípios universais e genéricos (“o que” fazer), a atenção se volta para os processos concretos pelos quais resultados satisfatórios podem ser obtidos (“como” fazer). Logo, há uma busca por novas formas de estar juntos, de se conversar em situações conflituosas. As perguntas, portanto, passam a ser outras: O que pode ser feito diante de determinado fato? Quais as implicações para a ação futura? Novas formas de relacionamento podem ser desenvolvidas? Em situações de conflito, quais formas linguísticas podem ser empregadas de forma a gerar um resultado satisfatório? Que recursos linguísticos as pessoas colocam à disposição nestas condições? Enfim, a preocupação está em encontrar modos pelos quais a questão ética possa ser construída como uma prática situada, para além de prescrições abstratas.

Nesta construção de uma proposta relacional da ética, a dialogia foi se constituindo como um dos conceitos centrais para a sua promoção. Spink (2000) faz referência a este termo como sendo um processo de produção de sentido em que uma ou mais perspectivas se confrontam de tal modo que a fala de um ouvinte está sempre respondendo à voz de um falante.

Essa noção relacional da ética também nos oferece indícios para refletir que a questão central não é tanto ou somente em como fazer com que a relação seja mais responsável, isto é, não se restringe à promoção de uma co-responsabilização do contexto, mas ressalta que o indispensável está em como fazer com que tal interação seja mais responsiva, ou seja, como tornar-se aberto, sensível ao outro de modo a responder-lhe não a partir de nossa própria lógica, mas respondê-lo a partir do lugar que ele ocupa na conversa. Há jeitos de conversar que convidam o outro a falar, a participar efetivamente da discussão em questão e, por outro lado, também há maneiras de conversar que dificultam e, muitas vezes, acabam impedindo que o outro se manifeste e colabore para a problematização.

Adentrar nesta compreensão dialógica e relacional da ética, nos coloca diante de algumas perguntas: Pessoas com diferentes experiências e ideias podem encontrar maneiras de estarem juntas? Como as pessoas conversam em situações consideradas controversas? Como elas se posicionam nas mesmas? Os envolvidos na conversa propõem publicamente suas ideias e opinam nas decisões? De que forma essas pessoas falam e ouvem? Em que momentos

do diálogo a conversa propõe uma abertura a outros sentidos? Como isso acontece? Em que momento tal abertura à multiplicidade de sentidos e vozes é suprimida? Quais recursos linguísticos as pessoas usam para tanto? Que efeitos geram na interação? Desse modo, estar atento a estes questionamentos e buscar possíveis respostas aos mesmos significa refletir para além do conteúdo ético que está sendo conversado em uma relação, mas ressaltar a importância do processo conversacional em si para se pensar os aspectos éticos presentes em uma interação.

A ÉTICA DAS PRÁTICAS COMUNICATIVAS: DO CONTEÚDO AO PROCESSO

Neste tópico, aprofundaremos na discussão sobre os aspectos éticos que perpassam as práticas comunicativas. Além disso, avaliaremos também as contribuições que uma visão processual da ética pode oferecer para as práticas profissionais.

Segundo Shotter (2005), em um encontro conversacional, uma realidade compartilhada é criada e nela se estrutura um mundo ético e político, de tal modo que se torna possível afirmar que a conversa tem uma vida própria. Diante desse caráter existencial das realidades conversacionais, o autor afirma que determinadas demandas e expectativas surgem como forma de dar continuidade a esta relação. Desse modo, ele apresenta algumas obrigações e responsabilidades para nos transformarmos em pessoas responsivas interacionalmente a fim de se criar uma harmonia conversacional em que os interlocutores se sintam reconhecidos e possam falar sobre si de forma democrática. É importante ressaltar que o autor fala de uma realidade que se cria, não independente de nós, mas em relação a nós. Nesse sentido, não é a realidade, o outro, que existe e, por isso, deveríamos respeitá-lo, mas são justamente o próprio respeito, as próprias obrigações interacionais que permitem com que o outro exista.

Conforme Strong e Sutherland (2007) afirmam, as orientações éticas são claras no ponto em que alertam os profissionais a usar uma linguagem respeitosa, culturalmente apropriada e engajadora a fim de promover um relacionamento consensual com os clientes/pacientes. Contudo, também apontam que, apesar desses aspectos serem comumente apresentados como uma prática ética, os estudos sobre como tais práticas vão se configurando ao longo de todo o processo interacional são pouco discutidos.

Podemos considerar que a ética como um conteúdo, ou seja, como diretrizes prescritas aos profissionais é frequentemente expressa por aqueles que se ocupam de gerar conhecimento neste sentido. Por outro lado, estes

estudiosos pouco se atentam para a maneira como suas recomendações são manejadas ao longo do processo interacional.

Em relação a esta temática, Strong e Sutherland (2007) destacam dois tipos de ética profissional: a ética do conteúdo e a ética do processo. A primeira inclui as normas destacadas nos códigos de ética profissionais, os quais especificam uma ajuda sobre o que os profissionais responsáveis podem fazer ao lidar com seus clientes, como por exemplo: confidencialidade, competência, entre outros. Todavia, estes autores também avaliam que a aplicação dessa ética do conteúdo, ou seja, dessas normas, apresenta desafios responsivos e colaborativos tendo em vista as características culturais e contextuais dos encontros profissionais. É neste ponto, portanto, que desenvolver entendimentos sobre a ética do ponto de vista processual se torna relevante. Assim sendo, podemos dizer que entender a ética como algo processual significa propor que ela seja conversacionalmente analisada. Para os autores, então, ética relacional se estende para a forma como os envolvidos em uma interação coordenam as diferenças em seus estilos conversacionais.

A partir deste olhar discursivo para as noções éticas, podemos analisar que a violência conversacional (Weingarten, 1992) acontece quando os sentidos são impostos, ignorados ou propositalmente mal interpretados em uma interação não colaborativa entre os interlocutores. Diante disso, uma responsividade atenta às descrições dos falantes é um aspecto primordial para a ética relacional, construída na conversação, que estamos articulando (Strong e Sutherland, 2007).

Sobre o cultivo dessa pluralidade de entendimentos, vale destacar que a abordagem relacional da ética não pretende, necessariamente, estabelecer um consenso em situações de conflito, mas permitir que as conversações sejam mantidas de forma que a ampliação de sentidos sobre tal questão continue sendo gerada e novas possibilidades de ação encontradas. Com esta proposta, podemos nos perguntar como se daria então o processo de mudança e, quem sabe, de entendimento entre os engajados em um diálogo tendo em vista que estes, ao se relacionarem, trazem consigo a diferença e o risco constante de desentendimentos.

Para esclarecer, é preciso considerar que, nesta perspectiva, o diferente, o estranho e o incomum não são vistos como desvios, mas como algo e/ou alguém importante para que novas significações possam permanecer acontecendo. Logo, o processo de entendimento-desentendimento (Gergen, 1997), sendo cultivado, possibilita a construção de novos sentidos sobre as situações, o mundo, o outro, bem como sobre si mesmo e, conseqüentemente, modos de agir antes

não imaginados passam a ser possíveis. Portanto, como dizem Goolishian e Anderson (1996), “[...] a ênfase [...] não está em produzir mudanças, mas em abrir espaços para a conversação” (p. 39).

Assim sendo, dizer que a ética relacional pode ser compreendida como uma postura dialógica se refere justamente aos recursos conversacionais que cada um pode utilizar a fim de construir e sustentar a interação. Na presente reflexão, tal postura precisa se sustentar em concepções de mundo capazes de dar acolhimento à alteridade, bem como à diferença produzida na processualidade do encontro (Andrade e Moratto, 2004).

Por outro lado, também podemos considerar a ética relacional como uma postura orientada à ação se nos aproximarmos do entendimento de que a linguagem apresenta propriedades performáticas, ou seja, a linguagem não tem a mera função de descrição e representação do mundo, mas um papel ativo na própria construção deste (Gracia, 2004). Sendo assim, entende-se que o cuidado com as aberturas no diálogo gera efeitos concretos na conversação, na qual divergentes significações éticas vão podendo coexistir e serem negociadas.

Dialogar exige conviver não só com as convergências, mas também com as divergências que surgem quando pessoas com versões diferentes sobre uma mesma história se colocam em conversação dialógica (Grandesso, 2000). Portanto, ética relacional, da forma como estamos utilizando o termo, envolve o movimento conversacional de uma relação em que a troca de perspectivas e convicções pode ocorrer de forma aberta tendo em vista que a relação entre as pessoas muda de oposição para interesse e curiosidade sobre o que o outro tem para contribuir (Becker, Chasin, Herzig e Roth, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a ética a partir dessa inteligibilidade relacional significa abandonar a sua compreensão a partir de critérios que a definiriam essencialmente. Cria-se, assim, o ambiente propício para refletir a ética a partir de dentro das próprias interações estabelecidas entre as pessoas, pautando-se pelo potencial dialógico aí presente (Spink, 2000). Daí a necessidade de se lançar um olhar discursivo sobre a ética, ou seja, os modos pelos quais as pessoas em interação constroem pela linguagem o mundo em que vivem.

Deetz e White (como citado em McNamee e Gergen, 1999, tradução nossa) sugerem que “ao invés da ética ser biologicamente ou psicologicamente explicada ou sociologicamente dada pela tradição

ou comunidade, a ética pode ser compreendida nas micro-práticas comunicativas da vida cotidiana” (p. 118). Se nos atentarmos para este foco que é dado à comunicação, começamos a compreender a ética como intrínseca à conversa.

Sendo assim, torna-se possível produzir um conhecimento ético no campo profissional, não mais pautado em propostas prescritivas, mas interessado no que as realidades conversacionais podem estar construindo do ponto de vista ético. Isto é, ao centrarmos nossas atenções nas conversas estabelecidas em uma interação, podemos produzir reflexões sobre as questões éticas que aí perpassam. Ao considerarmos a forma como as pessoas em relação respondem umas às outras, estamos destacando um jeito de pensar a ética para além das prescrições, mas com uma atenção especial ao processo dialógico.

Logo, ao falar da ética sob a perspectiva que estamos propondo, cabe aos que estão engajados em um diálogo profissional, se posicionarem de maneira a construir uma parceria conversacional uns com os outros. Nesta parceria, faz-se importante a valorização do conhecimento do outro, dos discursos que ele traz e consideração da perspectiva do mesmo na conversa (Strong e Sutherland, 2007). Esta é uma maneira de levar os pacientes, clientes e colegas de trabalho a se perceberem como pessoas ativas no processo de construção das formas de descrever o mundo, as questões éticas aí presentes e suas respectivas possibilidades de resolução.

Sendo assim, nesta proposta, a ética não consiste em adotar verdades pré-estabelecidas ou um conjunto de condutas prescritivas e pontuais independentemente do contexto interacional. A ética tem um sentido relacional o qual é bastante diferente de uma leitura tecnicista na qual seria ensinada, aprendida e reproduzida automaticamente. Em outras palavras, ela é entendida como algo construído nas relações entre as pessoas o que, por sua vez, legitima profissionais, clientes e colegas de equipe como agentes ativos na construção, colaborativa e dialógica dos sentidos em conversa.

Por fim, cabe ressaltar que as discussões aqui levantadas sobre a ética relacional não tem a intenção de serem admitidas como uma superação dos entendimentos éticos até então produzidos. Se assim entendêssemos, estaríamos posicionando os sentidos éticos aqui elaborados como uma evolução em relação aos demais conhecimentos. Isso, por sua vez, convidaria as pessoas a considerar que a proposta da ética relacional levaria a um suposto progresso social, tal como difundido pelas perspectivas modernas de significação que visam caminhar rumo a uma superioridade moral (Gergen, 1999). Porém,

conforme foi apresentado, esta concepção relacional da ética, ao contrário de uma postura prescritiva que exclui os demais saberes, demonstra interesse nas potencialidades de orientações alternativas existentes para se entender e descrever a ética.

REFERÊNCIAS

- Andrade, A.N. & Moratto, H.T.P. (2004). Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 345-353.
- Alonso, F.R. (2002). Revisitando os fundamentos da ética. In J.A.A. Coimbra (Ed.). *Fronteiras da ética* (pp. 75-119). São Paulo: SENAC.
- Álvarez, J.C. & Trueba, J.L. (2000). La influencia de La voluntad em la moralidad de acciones y omisiones. In J. Sarabia. *La Bioética, horizonte de posibilidades*. Madri: Asociación de Bioética Fundamental y Clínica.
- Bauman, Z. (1997). *Ética Pós-Moderna*. Trad. J.R. Costa. São Paulo: Paulus.
- Beauchamp, T.L. & Childress, J.F. (1979). *Principles of Biomedical Ethics*. Nova York: Oxford University Press.
- Becker, C., Chasin, L., Chasin R., Herzig, M. & Roth, S. (1999). Do debate estagnado a uma nova conversa sobre questões controversas: um relato do projeto de conversa pública In D. F. Schmitman & S. Littlejohn (Org.). *Novos paradigmas em mediação* (pp. 259-273). Porto Alegre: ArtMed.
- Ferrer, J.J. & Álvarez, J.C. (2005). *Para fundamentar a bioética. Teorias e paradigmas teóricos na bioética contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gergen, K.J. (1997). *Realities and relationships*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gergen, K.J. (1999). *An invitation to social construction*. Londres: SAGE.
- Gergen, K.J. (2006). Posmodernismo, yo relacional e mais além. In K.J. Gergen. *Construir la realidade* (pp. 207-231). Buenos Aires: Paidós.
- Goolishian, H.A. & Anderson, H. (1996). Narrativa e self: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. In D. Schinitman (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (Trad. J.H. Rodrigues, pp.191-203). Porto Alegre: Arte Médicas.
- Gracia, T.I. (2004). O giro lingüístico. In L. Iñiguez. *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais* (Trad. V.L. Joscelyne, pp. 1-24). Petrópolis: Editora Vozes.
- Grandesso, M. (2000). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- McNamee, S. & Gergen, K.J. (1999). *Relational responsibility: resources for sustainable dialogue*. Thousand Oaks: Sage.
- Pellegrino & Thomasma (1996). *The Christian Virtues in Medical Practice*. Washington: University Press.
- Shotter, J. (2005). Acknowledging unique others: ethics, “expressive realism” and social constructionism. *Journal of Constructivist Psychology*, 18(2), 103-130.
- Singer, P. (1995). *Practical Ethics*. Cambridge: University Press.
- Spink, M.J. (2000). A Ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. *Psico*, 31(1), 7-22.
- Strong, T. & Sutherland, O. (2007). Conversational ethics in psychological dialogues: Discursive and collaborative considerations. *Canadian Psychology/Psychologie canadienne*, 48(2), 94-105
- Vásquez, A.S. (1997). *Ética*. Trad. J. Dell’Anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Weingarten, K. (1992). A consideration of intimate and non-intimate interactions in therapy. *Family Process*, 31, 45-59.

Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ – Processo n. 306316/2009-9) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES)

Recebido em: 22.03.2012. Aceito em: 29.08.2012.

Autores:

Flávia Miranda Oliveira Trindade – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia.

Emerson Fernando Rasera – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia.

Enviar correspondência para:

Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Psicologia
Campus Umuarama
Av. Maranhão, s/nº, Bloco 2C, Sala 2C54 – Jardim Umuarama
Caixa Postal 593
CEP 38400-902, Uberlândia, MG, Brasil
E-mail: flamioli@hotmail.com